

COMPETITIVIDADE

Medidas anticrise do Governo para a construção

As verbas do QREN são a grande esperança do sector
FOTO NUNO FOX



O Governo apresentou **medidas anticrise** para salvar o sector da **construção**. A expectativa é grande: espera-se a criação de **85 mil postos de trabalho**

É uma espécie de “luz ao fundo do túnel” para a fileira da construção. O compromisso assumido ontem entre o Governo e a Confederação Portuguesa de Construção e Imobiliário (CPCI) prevê um pacote vasto de medidas, das quais se destaca a injeção de €3,7 mil milhões provenientes da reprogramação das verbas do QREN (Quadro de Referência Estratégica Nacional).

O ministro da Economia, Álvaro Santos Pereira, a ministra da Agricultura e do Ordenamento do Território, Assunção Cristas, e Manuel Reis Campos, presidente da CPCI, assinaram o Compromisso para a Competitividade Sustentável do Sector da Construção e Imobiliário, um documento com várias iniciativas do Governo para dinamizar um sector que só no ano passado assistiu ao encerramento de 13 mil empresas e à extin-

ção de 114 mil postos de trabalho. O acordo “prevê 52 medidas que irão significar mais obras de saneamento público, acessibilidades, reabilitação urbana, apoio social, qualificação ambiental, entre outras áreas”, diz Reis Campos, afirmando-se otimista com a implementação deste compromisso.

De entre as várias medidas contam-se, por exemplo, programas de reconversão e qualificação de desempregados da construção civil, a criação de instrumentos de financiamento para processos de reestruturação de empresas ou a implementação de um regime extraordinário de incentivo ao investimento privado.

“É um compromisso que considero histórico porque permite apresentar soluções que são essenciais para inverter um ciclo profundamente negativo que afeta o nosso sector. De entre as várias

medidas, o investimento de €3,7 mil milhões para os próximos dois anos resultantes da reprogramação das verbas do QREN (Quadro de Referência Estratégica Nacional) é a parte mais interessante do acordo que, acreditamos, permitirá recuperar 85 mil postos de trabalho”, realçou ao Expresso o presidente da CPCI.

Boas perspectivas, depois do “desinvestimento” que se abateu na construção, com “os cortes do sector público, a desconfiança dos privados e a ausência da banca, que agora já não alavanca a construção”.

Algumas das medidas previstas neste Compromisso para a Competitividade Sustentável já estão em marcha. É o caso da comissão de acompanhamento criada recentemente para monitorizar a aplicação prática da nova lei das rendas, uma das iniciativas incluída na política de dinamização

da reabilitação urbana. Ainda neste âmbito, o compromisso fala também na criação de uma taxa autónoma em sede de IRS aplicável aos rendimentos do mercado de arrendamento urbano, na promoção de um programa nacional de reabilitação designado Reabilitar para Arrendar, com o objetivo de intervir urbanisticamente em todo o país e na criação de um fundo destinado a servir de garantia de renda para dar “segurança aos senhorios perante situações de incumprimento por parte dos arrendatários”.

No contexto deste compromisso agora assinado, será criada uma equipa conjunta envolvendo representantes do Governo e da CPCI que irá acompanhar a aplicação das medidas e o seu impacto junto do tecido empresarial do sector.

MARISA ANTUNES
mvantunes@expresso.imprensa.pt

VOZ DOS CONSTRUTORES

“É um compromisso histórico porque permite apresentar soluções que são essenciais para inverter um ciclo profundamente negativo que afeta o nosso sector. De entre as várias medidas, as verbas do QREN — €3,7 mil milhões — são a parte mais interessante do acordo”

MANUEL REIS CAMPOS
Presidente da CPCI